



PODER

Ex-número 1 da Abin e pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro atribui arapongagem a dois ex-subordinados, no depoimento que prestou, na 4ª feira. Marcelo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues foram presos na semana passada

Ramagem: espionagem é culpa de ex-auxiliares

» RENATO SOUZA

Em um depoimento de quase sete horas, prestado à Polícia Federal, no Rio de Janeiro, na quarta-feira, o ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem atribuiu o esquema de espionagem ilegal — a chamada “Abin paralela” — a dois ex-auxiliares: o policial federal Marcelo Araújo Bormevet e o militar Giancarlo Gomes Rodrigues. O hoje deputado federal e candidato à prefeitura do Rio de Janeiro afirmou que não participou do esquema, que, segundo a PF, foi montado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Bormevet e Gomes Rodrigues foram detidos, na semana passada, na quarta fase da Operação Última Milha. Ambos tiveram as prisões mantidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após realização de audiência de custódia. No depoimento, Ramagem deu a entender que a arapongagem era feita apenas pelos dois e sem seu conhecimento.

A PF apura o esquema ilegal de monitoramento de críticos ao governo Bolsonaro, além de espionagem de autoridades públicas e jornalistas. O ex-número 1 da Abin respondeu a quase 130 perguntas feitas pelos investigadores.

Entre os questionamentos, foi indagado sobre a motivação para ter encontrado o atual diretor-geral da agência, Luiz Fernando Corrêa. O deputado afirmou que apenas esteve com o sucessor para dar felicitações em razão de ter assumido o cargo.

“Rachadinha”

Ramagem foi questionado sobre o áudio em que ele aparece em uma reunião com Bolsonaro, o general Augusto Heleno — ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ao qual a Abin era subordinada —, e as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach. As duas, à época, defendiam o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) contra uma investigação da Receita Federal sobre o envolvimento dele com “rachadinhas” cobradas dos servidores do seu gabinete, quando era deputado estadual no Rio de Janeiro.

A reunião aconteceu em 25 de agosto

PF quer novo inquérito da fraude em vacinação

A Polícia Federal solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de um novo inquérito sobre o esquema de inserção de dados falsos de vacinação, nos sistemas do Ministério da Saúde, montado na prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ). Os indícios são de que a estrutura montada para a realização da fraude é muito maior do que o levantado inicialmente.

As fraudes vieram à tona do inquérito que investiga a falsificação no cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus parentes, a fim de que pudessem entrar nos Estados Unidos. Quem também se serviu do esquema foi o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, que arranjou documentos fraudados para ele e para a mulher, Gabriela. O militar, o ex-presidente e mais 15 pessoas foram indiciados pela PF em março.

De acordo com as apurações, há evidências da existência de uma “grande estrutura para a prática de crimes de inserção de dados falsos de vacinação” na prefeitura de Duque de Caxias. O pedido para a abertura de novo inquérito está com o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF — que decide sobre a solicitação nos próximos dias.

Mauro Pimentel/AFP



Bolsonaro afirmou que Ramagem é atacado por ser ousado. Ambos são alvos na investigação do esquema da Abin paralela

de 2020. Nela, discutiram-se estratégias para sepultar a investigação dos auditores-fiscais e o uso da estrutura do Estado para se obter esse resultado. De acordo com a PF, os funcionários da Receita foram espionados pela Abin.

Segundo Ramagem disse no depoimento, Bolsonaro sabia que o encontro estava sendo registrado. Durante a reunião com as advogadas, Heleno e Bolsonaro, o então chefe da Abin teria proposto que seria preciso instaurar um procedimento administrativo contra aqueles que conduziam as apurações da “rachadinha”. Ele sugeriu, inclusive, que alguns dos auditores-fiscais fossem removidos dos cargos que ocupavam. Para Ramagem, essa era a melhor maneira de estancar a investigação contra o senador.

Bisbilhotagem

De acordo com o relatório da PF em 20 de novembro de 2020 os arapongas da Abin teriam realizado uma “ação clandestina urgente” para “descobrir podres” e “relações políticas” dos auditores. Para a corporação, o principal indício de que a ação era ilegal é que havia uma ordem para arquivar, extraoficialmente, informações coletadas contra os servidores da Receita Federal. A PF encontrou os diálogos em que Bormevet e Gomes Rodrigues tratam das pesquisas envolvendo os fiscais tributários.

O caso chegou a ser apurado em uma sindicância dentro da Abin. A PF observou que Ramagem “parece ter faltado a uma verdade em seu depoimento na

condição de testemunha, pois não considerou a diligência de achar podres e relações políticas com a confecção de dossiês dos servidores da Receita”.

Na mesma sindicância, Ramagem foi perguntado se teria conhecimento da produção, por Bormevet, de documento para atendimento a eventual uma solicitação das advogadas de Flávio. O ex-número 1 da Abin disse “que não há possibilidade de o servidor Marcelo Bormevet ter elaborado qualquer documento para o senador Flávio Bolsonaro ou para as advogadas. Que, inclusive, as suas atribuições são relacionadas à coordenação de pesquisas para nomeações e em apoio à produção de conhecimentos para os setores da Abin, quando demandado”. (Com Agência Estado)

Gustavo Lima/Câmara dos Deputados



Esquema de fraude em certificados surgiu na gestão de Washington Reis em Caxias

vacinação foram feitas durante sua gestão no município. Seu irmão, o deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ), também teria recebido um cartão de vacinação falsificado.

De acordo com as investigações, os dados da falsa imunização de Bolsonaro contra a covid-19 foram inseridos no sistema em 21 de dezembro de 2022 por João Carlos de Sousa Brecha. Porém, seis dias depois, Claudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, chefe da central

de vacinação de Duque de Caxias, os removeu sob a alegação de que houve um erro.

Mas, em 27 de dezembro, um computador identificado como pertencente ao Palácio do Planalto acessou o Conect-SUS para gerar o certificado de vacinação de Bolsonaro e imprimi-lo em seguida. Três dias depois, ele seguiu para Miami (EUA), sem passar a faixa presidencial ao sucessor Luiz Inácio Lula da Silva. (RS)

Bolsonaro se une a ex-diretor em comício no Rio

» LUANA PATRIOLINO

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), contou, ontem, com a presença de seu principal cabo eleitoral, Jair Bolsonaro, no primeiro dia de agenda pública pela corrida à Prefeitura do Rio de Janeiro. O ex-presidente reiterou seu apoio ao aliado e afirmou que ele está “pagando o preço pela coragem”. Os dois são alvos de uma investigação da Polícia Federal (PF) sobre o uso da Abin para espionagem de desafetos, adversários e críticos ao governo anterior.

Trata-se de um primeiro evento para mobilizar a militância bolsonarista em função não apenas da investigação sobre a chamada Abin paralela, mas, também, pelos inquéritos nos quais o ex-presidente está envolvido. Bolsonaro foi indiciado no último dia 4, junto com 11 pessoas, no esquema de desvio e venda de joias e presentes que deveriam ter sido agregados ao patrimônio da Presidência da República.

O evento com Ramagem foi na Praça Saens Peña, na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Bolsonaro subiu no trio elétrico com Ramagem, no qual estavam também o governador do estado, Cláudio Castro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) e o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ).

“O Ramagem, que conheci na transição de 2018, já começa a pagar um preço alto pela sua ousadia de querer pensar, sonhar e administrar uma cidade com respeito, com honradez e com orgulho”, defendeu Bolsonaro.

Em tom de campanha eleitoral — que começa apenas em 16 de agosto —, o ex-presidente disse que fez o discurso para mostrar “possibilidades” ao Rio. “Aqui não é campanha política, não é comício. É uma rápida passagem do que foi o meu mandato, do que nós estamos apresentando como possibilidades para o Rio de Janeiro”, afirmou.

No comício, Ramagem defendeu a eleição de uma “Câmara Municipal de direita” e que atuará para que Bolsonaro seja eleito novamente — apesar de o ex-presidente estar inelegível até 2028. “Em 2024 e 2026, temos que mostrar a força nas eleições para, em 2026, fazermos mais deputados, mais senadores, governadores e, se Deus quiser, acreditem, vamos fazer novamente Jair Messias Bolsonaro presidente”, ressaltou. Castro também discursou e disse que será “liderado” pelo ex-presidente até o fim de seu mandato.



O Ramagem já começa a pagar um preço alto pela sua ousadia de querer pensar, sonhar e administrar uma cidade com respeito, com honradez e com orgulho”

Jair Bolsonaro, defendendo o ex-diretor da Abin